



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 A trigésima terceira reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos ocorreu no dia
2 28 de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, realizada de maneira
3 totalmente online, via aplicativo Cisco Webex, com transmissão ao vivo pela página oficial
4 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA/RS no Youtube (Link:
5 <https://www.youtube.com/watch?v=A7a5ypNC51E>) **Conselheiros Presentes: Marjorie**
6 **Kauffmann** – SEMA; **Luis Sérgio Feijó** – Secretaria da Saúde; **Mery Stefani Pereira** –
7 **SPGG**; **André Pellini** – Casa Civil; **Altair Hommerding** – SEAPDR; **Norma Mergel** – SICT;
8 **Ten. Cel Rodrigo Gonçalves dos Santos** – SSP/RS/CAM-BM; **Verônica Della Mea** –
9 Comitê Baixo Jacuí; **Valéria Borges Vaz** – Comitê Pardo; **Fábio Avancini Rodrigues** –
10 Comitê Mirim S. Gonçalves; **João Paulo Peres Bezerra** – Comitê Passo Fundo; **Mario Damé**
11 – Comitê Camaquã; **Maria Elizabeth da Rosa** – Comitê Mampituba; e **Claúdia Bos Wolff**
12 – FEPAM - Convidada. **Ausentes** – Comitê Santa Maria e Comitê Apuaê-Inhandava;
13 Secretaria de Obras Públicas; Secretaria dos Transportes, Secretaria da Fazenda, Sistemas
14 Nacional de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Demais presentes:** Viviane Feijo
15 Machado e Kely Pereira – Comitê Sinos; Luciano Cardone e Fernando Scottá –
16 DRHS/SEMA; Julio Salecker – Comitê Taquari-Antas/CTPERH; Sergio Cardoso – Comitê
17 Gravatai/CGG. A Presidente Marjorie cumprimenta a todos, faz a leitura nominal dos
18 membros presentes e dá início à reunião às 14h10min. Presidente Marjorie solicita inclusão
19 do item das Comunicações da Proposta de IN que estabelece as características mínimas do
20 sistema de rastreamento, monitoramento e localização de equipamentos de perfuração de
21 poços na Ordem do Dia. **PAUTA – I – COMUNICAÇÕES: Of. 09/2022 Comitê Baixo Jacuí**
22 – encaminhado pelo Comitê do Baixo Jacuí à Secretária da SEMA e Presidente do CRH e
23 versa, principalmente com relação ao zoneamento ecológico econômico da mineração do
24 Baixo Jacuí, e falta de participação ou a não participação. Na portaria que instituiu esse
25 zoneamento ecológico e econômico de mineração. Então cabe aqui salientar que esse
26 zoneamento ecológico econômico está previsto como obrigação da FEPAM dentro de uma
27 ação judicial para que se continuasse licenciando as atividades de mineração no Jacuí.
28 A FEPAM em que se comprometia a ter um zoneamento ambiental para aquela região, para
29 o baixo Jacuí e para isso fez a contratação de uma consultoria especializada que trouxe
30 relatórios das etapas do trabalho, e depois consolidou no que foi o zoneamento final. Dentro
31 do processo de elaboração deste material, estiveram envolvidos técnicos, principalmente do
32 Departamento de Qualidade Ambiental da FEPAM. A Cláudia Wolff que está conosco
33 aqui participou ativamente também desse deste trabalho. Embora tenha sido publicada a
34 portaria que instituiu o documento final do zoneamento, verificamos que desde a instituição
35 do Código Estadual de Meio Ambiente, todos os regramentos, portarias e instruções



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

36 normativas e resoluções devem passar por um período de consulta pública. E isso não havia
37 ocorrido para a portaria deste zoneamento e se retirou instantaneamente a portaria de
38 atuação e passou por uma consulta pública como prevê o Código de Meio Ambiente. E hoje
39 temos considerações de diferentes grupos a respeito daquele documento, daquela minuta
40 de portaria que está sendo avaliada e validada pelo grupo de analistas da FEPAM. O Ofício
41 é de 21 de setembro e questiona se o Comitê participou da consulta pública oferecida pela
42 portaria. **Sra. Verônica Della Mea**, representante do Comitê Baixo Jacuí informa que
43 quando tomou conhecimento do zoneamento já estava publicada a portaria. Depois até o
44 Comitê fez uma manifestação naquela consulta pública. Mas o Comitê acha que a consulta
45 pública foi muito restrita, porque ela foi uma consulta pública aberta por menos de um mês e
46 somente no site da FEPAM e não houve uma grande divulgação. Então o Comitê acha que
47 devia ter tido uma consulta pública mais ampla e que o Comitê poderia ter sido chamado, ou
48 poderia ter sido utilizado como meio para uma consulta pública para essa situação. Era um
49 relatório técnico, o Comitê como é sabido não tem técnicos para dar suporte. Era um
50 relatório muito extenso, e não tinha como o Comitê em menos de 30 dias fazer uma
51 manifestação sobre o conteúdo do relatório. Então, o comitê fez essa manifestação sobre a
52 questão. Da forma que a consulta pública foi feita, que ele acha que foi uma consulta pública
53 de pouco tempo e muito restrita, que ele entendia que a consulta pública tinha que ter sido
54 mais ampla e mais bem divulgada para que os diversos setores também que atuam na
55 bacia, não só a mineração pudesse participar e dar a sua opinião. Presidente Marjorie
56 informa que a consulta pública não varia de acordo com o instrumento que é colocado em
57 debate através dessa metodologia proposta a partir de 2020 pelo Código Estadual de Meio
58 Ambiente. Então o tempo de consulta é padrão, a consulta, a divulgação é feita pelo site da
59 Secretaria, pelo site do Governo do Estado e pelo Diário Oficial que são os nossos canais
60 oficiais, mas não há problemas em ampliarmos o período da consulta desde que se tenha o
61 prazo definido. Entende que o pedido do Comitê é para que se tenha mais tempo antes de
62 consulta para que se possa fazer algumas considerações. Veronica Della Mea: Sim,
63 inclusive, uma consulta que os outros setores da sociedade que fazem parte de um comitê
64 de bacia, que na verdade, a bacia não é só para mineração, nela tem a agricultura, ela é
65 para uma série de outras atividades. Para que essas atividades também possam opinar. Na
66 verdade o zoneamento acabou ficando muito restrito no âmbito da FEPAM, é uma decisão
67 judicial que se faça, mas a decisão não para a consulta pública. Entendemos que não foi
68 uma consulta pública e um zoneamento. Ele não é uma ferramenta como uma portaria, uma
69 resolução do CRH, estamos falando de um instrumento mais amplo, estamos falando do
70 zoneamento ecológico econômico. Entendemos que ele possa ter um rito diferenciado em



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

71 termos de consulta pública. **Presidente Marjorie** solicita que refaçam o ofício para a
72 Secretaria, determinando qual seria o prazo, mas reforça que toda vez que colocam em
73 consulta os instrumentos, eles estão acessíveis para qualquer setor. Não vê problema em
74 abrimos para consulta por mais um tempo ou recebermos as considerações dos comitês da
75 região do Guaíba. **Veronica Della Mea** Agradece. **b) Solicitação dos Sete Comitês**
76 **Conselheiros do CRH solicitando a realização de reunião do CRH** - Presidente Marjorie
77 informa que o último item da ordem do dia é um calendário de reuniões ordinárias de 2023.
78 Compromete-se em se esforçar bastante para conseguir dar mais frequência nesses
79 encontros, que possam ser mais produtivo, inclusive nas pautas. **c) IN Nº 12/2022 que**
80 **estabelece normas e procedimentos para custeios de atividades de representação**
81 **dos Comitês de Bacias:** Diretor Luciano Cardone – DRHS relata que a SEMA teve um
82 incremento de pessoal neste mês de dezembro com o ingresso de um economista e uma
83 assessora nova para o Departamento Administrativo Financeiro. Recebemos algumas
84 solicitações de ressarcimento e o que regulamenta é essa normativa por parte do Baixo
85 Jacuí, Turvo e Vacacaí. Em relação ao instrumento anterior que se tinha os benefícios e os
86 avanços que se teve agora com essa instrução normativa é que as despesas mais pesadas
87 de hospedagem, deslocamento via aérea, elas vão poder ser realizadas a partir de empenho
88 prévio pagos no caso agora pela Sema. E os ressarcimentos com relação a alimentação, a
89 manutenção de quilômetro rodado vai continuar sendo a cargo dos representantes, porém
90 com o ressarcimento conforme a tabela anexa nessa IN, estando essa documentação toda
91 regular o ressarcimento será feito em até 15 dias. Outra coisa interessante mencionar é que
92 estamos iniciando uma força-tarefa para ver na totalidade os problemas que estão
93 envolvendo os comitês. Temos problemas técnicos envolvendo as sedes, a manutenção dos
94 comitês. A força tarefa contará com os técnicos do Departamento Administrativo Financeiro,
95 técnicos do DRHS e SE CRH. Será publicada essa nomeação dos envolvidos nessa força-
96 tarefa. Na próxima reunião extraordinária que está sendo pensada para ocorrer em janeiro
97 do ano que vem já apresentar resultados preliminares dessa força-tarefa. Palavra aberta a
98 manifestações. Sra. Valéria Borges Vaz coloca sobre o ofício encaminhado pelos Comitês
99 solicitando reunião do CRH. Na verdade é só para manifestar que a última reunião que
100 ocorreu do julho. Então, entendemos a importância deste Conselho para o Estado do Rio
101 Grande do Sul e para o nosso planejamento conjunto integrado em relação à questão dos
102 recursos hídricos. Por isso essa nossa manifestação e agradecemos pelo agendamento
103 dessa reunião que está ocorrendo. Neste mesmo ofício mencionamos também a questão,
104 principalmente das estiagens, que foi anunciada a continuidade, enfim, todos os problemas
105 que estamos vivenciando. E também foi mencionado no ofício a questão do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

106 acompanhamento da aplicação do FRH deste ano de 2022 e a previsão orçamentária para
107 2023. Observa que não viu mencionado nos itens na pauta de hoje. Gostaria de solicitar ou
108 perguntar, como é que está essa questão e como que vai ser, quando vai ser colocado em
109 pauta. Diretor Luciano pede desculpas porque não mencionou essa situação em relação a
110 aplicação e a Resolução CRH 400. O que acontece que está finalizando o exercício
111 financeiro até dia 10 de janeiro. Então quando for marcada essa nova reunião em janeiro vai
112 ter uma pauta exclusiva em relação ao FRH com a execução do Programa Avançar no
113 âmbito dessa resolução, complementando com a parte dos resultados parciais da força
114 tarefa que vamos iniciar. Sr. Fabio Avancini Rodrigues questiona objetivamente qualquer
115 solução normativa dessa Força Tarefa. O Comitê Mirim-São Gonçalo é um Comitê de águas
116 internacionais, onde tinha a sede junto à Agência da Lagoa Mirim e que por uma
117 determinação da Advocacia Geral da União tiveram que desocupar. Tentamos o Porto de
118 Rio Grande, mas a CAGE não permitiu. Sendo que estaríamos com uma vantagem a mais
119 que os outros comitês, pois teríamos no local teoricamente sobre administração do governo
120 do Estado. Então gostaria de entender se essa força-tarefa vai se atentar para esse tipo
121 físico, não só financeiro, mas físico, de atuação dos Comitês, como um local organizado de
122 trabalho. Diretor Luciano Cardone informa que essa Força-Farefa também vai ter como
123 objetivo, levantar todas as questões com relação aos espaços físicos dos comitês. Sem
124 manifestações, A Presidente Marjorie passa a II - **Ordem do Dia – item 1. Aprovação da**
125 **ata da 114ª Reunião Ordinária do CRH/RS**: A ata foi encaminhada a todos os conselheiros
126 e coloca em discussão. Sem manifestações, a ata foi colocada em votação eletrônica. Ata
127 aprovada - 10 votos favoráveis, 0 contrários e 2 abstenções, sendo uma abstenção pelo Sr.
128 Mario Damé através de voto oral. **Itens 2. 3 e 4. – Resoluções CRH Nº 415, 419 e**
129 **420/2022** foram publicadas em Ad Referendum para homologação dos processos eleitorais
130 dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Rio Tramandaí, Várzea e Pardo, Quaraí, Santa
131 Maria e Taquari-Antas. Essas resoluções foram encaminhadas a todos os conselheiros para
132 que fossem analisadas e referendadas pelo CRH. Questiona se algum conselheiro se opõe
133 fazermos a votação única dos três processos eleitorais. Não houve manifestações e foi
134 colocado em votação. **Resoluções aprovadas** - 12 votos favoráveis, 0 contrários e 0
135 abstenções. **Item 5. Resolução CRH Nº 421 – Ad Referendum – Estabelece critérios**
136 **para a operação dos sistemas de bombeamento de água para a irrigação na Bacia do**
137 **Rio dos Sinos (Safrá 2022/2023)** – Diretor Luciano Cardone faz uma breve apresentação
138 informando 1. A motivação para a publicação da Resolução Ad Referendum foi a
139 deliberação do Comitê Sinos nº 106 que estabelece critérios para operação dos sistemas de
140 bombeamento de água para irrigação na bacia do Sinos - Safrá 2023. 2. Justificativa:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

141 compatibilizar os usos múltiplos garantindo a prioridade do abastecimento humano. 3.
142 Histórico: No final de setembro foi recebido no DRH a Deliberação Sinos 106, que foi
143 encaminhada para análise da Divisão de Meteorologia e Eventos Críticos para Parecer. Em
144 03 de novembro o Parecer foi encaminhado ao Comitê que se manifestou favoravelmente às
145 alterações propostas pela informação técnica que concerne a divulgação. Em 09 de
146 novembro o Comitê se manifesta favorável a proposta de divulgação da DIMETEC, em 23
147 de novembro a DIMETEC/DRHS encaminha a Deliberação do Comitê em forma de minuta
148 de Resolução Ad Referendum à Secretaria Executiva do CRH para publicação no Diário
149 Oficial do Estado e que foi publicada em 30 de novembro. **Viviane Machado**, Presidente do
150 Comitê Sinos coloca que esse acordo vem sendo feito há algum tempo, já estamos numa
151 situação de escassez, onde já estamos informando os níveis sendo acompanhado
152 pela Sema junto ao Comitê. Registra que esse acordo foi publicado Ad Referendum por não
153 ter tido reuniões do CRH. Porque o Comitê conseguiu fiscalizar esse ano o acordo ainda em
154 julho. Palavra à disposição. Sem manifestações foi colocada em votação. Resolução CRH
155 421/2022 aprovada – **12 votos favoráveis – 0 contrários – 0 abstenções. Item 6.**
156 **Proposta de Recomendação CRH – Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos**
157 **Hídricos:** Presidente Marjorie coloca a proposta de recomendação do CRH elaborada pela
158 CTPERH a partir das apresentações das etapas do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
159 Convida o analista Fernando Scottá da Divisão de Planejamento do DRHS para fazer a
160 apresentação. Fernando cumprimenta a todos informa que é uma apresentação bem rápida
161 sobre o Plano Estadual, um breve histórico. 1. Trabalho realizado neste ano de 2022: 18
162 oficinas que contou com 432 participações sendo entregues os seguintes produtos: Plano
163 de Trabalho atualizado do Plano Estadual de Recursos Hídricos publicado em fevereiro de
164 2022. Realizado o diagnóstico através do Relatório Anual de Recursos Hídricos, referente
165 ao ano passado publicado em abril de 2022. Depois realizadas as oficinas de percepção e
166 discussão dos problemas, que também foi publicada em junho. Elaboração do mapa
167 estratégico do Plano Estadual, também publicado em junho de 2022. E, por fim, foi realizado
168 o relatório de reuniões estratégicas da implementação do Plano publicado em julho deste
169 ano. 2. Encaminhamentos: a minuta do Relatório de Diretrizes que está pronto. O Relatório
170 final do PERH ainda em construção. Não foi possível atender ao cronograma previsto. Sobre
171 a continuidade entendemos que deverá ser dada continuidade à atualização do PERH no
172 início de 2023 a tempo de que as metas possam ser inseridas no PPA 2024-2027 que será
173 elaborado no primeiro semestre de 2023. **Julio Salecker** – Presidente da CTPERH –
174 Cumprimenta a todos e salienta, conforme apresentação do Sr. Fernando Scottá, trazendo
175 parte do trabalho da Câmara vem desenvolvido com brilhantismo pela DIPLA/DRHS. A



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

176 solicitação que a Câmara Técnica traz a esse Conselho no encerramento de governo uma
177 decisão tomada por todos de pedir que houvesse um ato oficial do CRH. Esclarece que
178 quando a CTPERH tomou essa decisão de fazer essa solicitação ainda não tínhamos
179 governo eleito para que houvesse uma continuidade de trabalho. Esse específico de
180 atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Então, agora temos sequência de
181 governo, mas de qualquer forma, não sabemos se algumas pessoas poderão ser trocadas
182 ou não. Enfim, o que a Câmara decidiu e conforme sugestão da Secretária foi que o CRH
183 recomendasse a sequencia do trabalho feito até aqui, conforme apresentado. Sra. Valeria
184 Vaz questiona no chat, se logo depois de publicada essa Recomendação, se será
185 encaminhada às Secretarias. Presidente Marjorie informa que a SEMA faz uma divulgação
186 de matéria e pode sim encaminhar às Secretarias de Estado, e também aos outros
187 conselhos: CONSEMA e CONESAN. Palavra à disposição, não houve manifestações e a
188 Recomendação foi colocada em votação. Recomendação aprovada – **11 favoráveis – 0**
189 **contrários – 0 abstenções. Item 7. Parecer da Câmara Técnica Institucional e Jurídica**
190 **sobre o artigo 45 da Lei 14.026, de 2020** – Diretor Luciano Cardone coloca que é referente
191 à regulamentação do artigo 45 da lei federal 11.445, de 2007, que foi alterado pela Lei
192 14.026/ 2020, do novo Marco do Saneamento. 1. Motivação: Foi solicitado que se fizesse
193 um Parecer junto à Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos para se avaliar a
194 competência do CRH na regulamentação do uso de água subterrânea no Estado. 2.
195 Encaminhamentos: Em 13 de julho foi deliberado pelo CRH o envio da matéria CTIJ.
196 Chegando ainda em julho essa demanda na Câmara e iniciada a discussão. Em setembro,
197 foi enviado ao Jurídico da Sema para Parecer e também para um Parecer conjunto pelo
198 Agente Setorial da PGE na Sema. No início de dezembro, na primeira quinzena desse mês,
199 foi feita a deliberação da CTIJ sobre o assunto e o envio à Secretaria Executiva do CRH. 3.
200 Justificativa: atendimento da demanda do CRH para análise da matéria. 4. Conclusão: A
201 Câmara Técnica entende que o tema não é de competência exclusiva do CRH, mas sim
202 uma de competência compartilhada, sugerindo que o tema também seja debatido em
203 conjunto com os outros três Conselhos Estaduais, sendo eles de Saneamento, o Conselho
204 de Saúde e no Conselho de Recursos Hídricos a fim de que se evite interferências nas
205 competências legais e nos conceitos de cada de cada instituição, de cada órgão. Sra.
206 Verônica Della Mea, Presidente da CTIJ informa que é basicamente isso, a matéria foi
207 tratada na CTAS e veio ao CRH. Foi levantada a questão da competência
208 do Conselho para regulamentar uma legislação federal. O assunto foi para CTIJ e teve o
209 Parecer do Dr. Juliano – PGE que diz que o CRH pode regulamentar as legislações
210 federais, desde que não fira a legislação federal e que seja mais restritivo. Mas o



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

211 entendimento da CTIJ acolhendo o Parecer do Dr. Juliano quanto a essa legislação, bem
212 voltada para a questão do saneamento, foi que não seria de competência exclusiva do CRH.
213 A sugestão foi que os três conselhos verifiquem em conjunto para não haver interferência de
214 competências e para ser feita uma recomendação mais completa. Informa ainda que dentro
215 da CTIJ tomamos conhecimento que já existe um processo interno na Secretaria da Saúde
216 tratando desse assunto. Sra. Valéria Vaz sugere em relação ao encaminhamento que talvez
217 cada um dos Conselhos indicasse duas ou três pessoas no máximo que tenham
218 conhecimento sobre a matéria reunidos em um grupo de trabalho elaborassem uma
219 proposta e depois fosse encaminhada para aprovação em todos os Conselhos. Então sairia
220 uma recomendação conjunta onde essa aprovação se daria em todos eles e se tenha essa
221 efetividade em relação a todos. Presidente Marjorie concorda com a sugestão de
222 encaminhamento com o envio de solicitação aos três conselhos para indicação de dois ou
223 três representantes para um grupo técnico e que possam definir qual é a melhor forma de
224 abordar a temática com um regramento específico. Não havendo mais manifestações
225 coloca em votação o acolhimento do Parecer- da CTIJ e o encaminhamento de Ofício aos
226 três Conselhos - **12 votos favoráveis – 0 contrários e 0 abstenções. Item 8. Proposta IN**
227 **que estabelece as características mínimas do sistema de rastreamento,**
228 **monitoramento e localização dos equipamentos de perfuração de poços tubulares e**
229 **pequeno diâmetro, conforme determina o Art. 35, § 2º, da Resolução CRH nº 141/2014,**
230 **e homologação de empresas habilitadas ao serviço de rastreamento e monitoramento.**
231 Presidente Marjorie coloca o item incluído na pauta do início da reunião pois estava em
232 comunicações e citado como Instrução Normativa então passa a uma proposta de *resolução*
233 *do* CRH que versa sobre características mínimas do sistema de rastreamento,
234 monitoramento e localização de equipamentos de perfuração de poços tubulares e
235 pequenas de diâmetro,. Conforme determina o artigo 35, parágrafo segundo da Resolução
236 do CRH nº 141/2014 e homologação das empresas habilitadas ao serviço de rastreamento e
237 monitoramento. Diretor Luciano Cardone coloca que é sobre a regulamentação para
238 rastreamento de empresas perfuradoras de poços no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma
239 minuta de resolução que foi elaborada para estabelecer as características técnicas e
240 operacionais do sistema de rastreamento, monitoramento e localização das empresas
241 perfuradoras, quando da posse dos documentos que autorizam a perfuração de poços,
242 autorização prévia. Esse assunto já foi deliberado aqui na plenária do CRH em janeiro
243 deste ano e em abril foi encaminhado à Câmara Técnica de Águas Subterrâneas quando foi
244 informado da necessidade de se regulamentar o artigo 35 da Resolução CRH Nº 141/2014
245 que aprovou o Plano Estadual de Recursos Hídricos que trata do rastreamento das



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

246 perfuratrizes de poços no Estado. Em abril deste ano foi criado um grupo de trabalho no
247 âmbito da CTAS para elaborar a proposta de resolução. Esse GT foi composto por membros
248 da Câmara Técnica e também por outros convidados. Dentro da Câmara técnica houve a
249 deliberação e aprovação da minuta de resolução. Em 7 de novembro foi enviado
250 à Secretaria Executiva do CRH. Justificativa: atendimento do artigo 35 da Resolução CRH
251 Nº 141/2014 que instituiu o PERH que diz: artigo 35 que até o segundo ano de vigência
252 dessa resolução, as empresas perfuradoras de poços deverão instalar equipamentos para
253 rastreamento via satélite. Então estamos meio atrasados nesse tema, mas agora estamos
254 trazendo aqui para aprovação. As empresas referidas no caput deste artigo deverão manter
255 cadastro junto ao DRHS. O cadastramento das empresas perfuradoras, conforme o
256 disposto no parágrafo único do artigo 21 do Decreto 42.047/2002, no primeiro ano após a
257 publicação da Resolução de 2014, o CRH iria providenciar a regulamentação
258 das disposições contidas neste artigo. O objetivo também de qualificar o controle e a
259 fiscalização das perfuratrizes de poços no Estado do RS. Na verdade também é uma
260 uniformização dos procedimentos, assim como já existe esse tipo de ferramenta para as
261 dragas, essa é a proposta também para as perfuratrizes. Conclusão: a minuta de resolução
262 para regulamentação desse sistema de rastreamento das perfuratrizes elaborada e
263 aprovada pela CTAS e encaminhada à Secretaria Executiva do CRH para aprovação do
264 CRH. Presidente Marjorie coloca que essa validação por parte do CRH é importante,
265 respalda todos os atos da Secretaria e vinculadas. Acredita que todos tenham recebido o
266 material, mesmo que como proposta de instrução e será publicado em formato de resolução.
267 Em discussão. Não havendo manifestações, a proposta de resolução foi colocada em
268 aprovação. Resolução aprovada - **12 votos favoráveis, 0 contrários e 0 abstenções**,
269 sendo que o Sr. João Paulo Bezerra votou favorável através do chat. **9. Calendário de**
270 **reuniões do CRH/RS para o ano de 2023** – Presidente Marjorie coloca que o item 9, que
271 era o item 8 é também é uma resposta ao ofício que foi encaminhado pelos Comitês para
272 efetivação das reuniões em 2023 com as sugestões de datas das reuniões: 8 de março, 10
273 de maio, 12 de julho, 13 de setembro e 8 de novembro. As extraordinárias podendo ocorrer
274 em qualquer tempo desde que respeite o regulamento e que tenha pautas que justifiquem a
275 realização dessas. Cronograma colocado em discussão. Sr. Mario Damé parabeniza por
276 continuarem as reuniões nas quartas-feiras dos meses ímpares para não confrontar com as
277 reuniões dos Comitês de Bacias. Sra Valéria pergunta se haverá reuniões presenciais.
278 Presidente Marjorie informa que estamos retornando do período da pandemia e acredita que
279 não só o CRH, mas para os outros conselhos. É importante que se tenha pelo menos
280 alguma presencial e uma virtual, então fica aqui registrado em ata essa proposição. Vejo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

281 que as pessoas têm vontade mesmo de voltar a fazer presencial. Palavra à disposição, não
282 houve manifestações. **Calendário 2023 aprovado - 12 favoráveis, 0 contrários e 0**
283 **abstenções. III - ASSUNTOS GERAIS:** Sr. Sergio Cardoso – Presidente do Comitê
284 Gravataí relata que hoje foi aprovado na bacia hidrográfica do Gravataí um acordo que
285 poderia se dizer inédito. Isso foi um acordo construído há vários anos e finalmente ontem ao
286 final da tarde e hoje conseguiram consolidar esse acordo permitindo que a produção
287 consiga ser executada e também que a comunidade quilombola que teve a sua terra muitas
288 vezes desconsiderada pudesse fazer esse acordo que foi homologado pela direção do
289 Comitê e referendado pelo documento técnico do DRHS através do Diretor Luciano.
290 Acredita que é um grande avanço na política pública do Estado do RS pelo menos na bacia
291 do Gravataí. Nunca esse acordo havia sido realizado anteriormente e pede o registro em
292 ata, porque queremos mais acordos desses venham a ser feitos na puxada de água e que
293 se diminua o conflito na pouca água que temos. Presidente Marjorie agradece e pensa em
294 colocar na pauta da próxima reunião do CRH para que os conselheiros tenham a
295 abrangência do que foi o acordo, o que significa reunir esses entes e ser satisfatório para
296 ambos os lados. Sra. Valéria Vaz coloca que vem acompanhando as discussões do Fórum
297 Gaúcho de Mudanças Climáticas e acha importante os comitês, responsáveis pela gestão
298 das águas na bacia também receberem algum comunicado, alguma orientação em relação a
299 fazer esse link da nossa gestão das águas das bacias com o alinhamento do que se
300 vem discutindo e propondo dentro do FGMC. É um assunto que interessa a todos os
301 comitês e com certeza gostaríamos de ser agentes também dessa preparação em relação
302 ao que está sendo discutido e principalmente o alinhamento com os planos de bacia
303 hidrográfica. Presidente Marjorie informa que tem a participação do Sr. Julio Salecker, mas
304 nada impede que passemos aos conselheiros do CRH as datas das reuniões. São reuniões
305 abertas, então a participação é sempre bem-vindo ao fórum. É um palco de discussões,
306 proposições, enfim é uma maneira de conseguirmos achar algumas medidas a serem
307 tomadas e que envolvam todos os setores. Ele foi instituído em 2015 pela Política Gaúcha
308 de Mudanças Climáticas e nunca tinha sido instaurado aqui no nosso Estado. Então, a
309 primeira vez foi em julho deste ano e tivemos três reuniões. Acredita que no ano que vem
310 vai seguir nessa mesma sequência. Se esse colegiado entender interessante podemos fazer
311 um apanhado do que foi tratado no FGMC e também o fórum pode receber temas
312 importantes a serem abordados, inclusive na última reunião, nós tivemos a apresentação
313 dos acompanhamentos dos indicadores de qualidade da ONU – ODS por parte de um
314 estudo de indicadores da Secretaria de Planejamento do Estado. Estamos finalizando um
315 aplicativo de monitoramento dos avanços dos ODS. Então, acredita que tem tudo a ver com



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

316 esse Conselho e com certeza vocês são agentes fundamentais para que se consiga exercer
317 algumas mudanças. Ten. Coronel Rodrigo: Aproveitando a fala do Sergio coloca que
318 realmente foi um grande avanço essa questão do acordo que foi feito na bacia do Gravataí e
319 para informação aos conselheiros, o Comando Ambiental em conjunto com DRHS, aqui está
320 o nosso Diretor Luciano, temos mantido um contato bem aproximado para ajustarmos as
321 ações de fiscalização, e essa ação de fiscalização está mais fortemente sendo realizada no
322 Gravataí justamente por causa da situação crítica que a bacia está enfrentando neste
323 momento. Temos conseguido algumas melhorias no sentido de que efetivamente se
324 conseguiu visualizar e uma garantia de uma lâmina mínima de água na bacia decorrente
325 das fiscalizações que foram feitas ao longo das últimas duas a três semanas. Estamos com
326 apoio inclusive do Batalhão de Aviação da Brigada Militar e contamos com a possibilidade
327 de uso inclusive de uma aeronave. É uma ferramenta que ajuda, dá uma amplitude e
328 celeridade maior na fiscalização, principalmente dos pontos que sabemos que são
329 reconhecidos, já temos georreferenciados de captação de água. Então, nesse sentido, traz
330 esse relato a todos os conselheiros sobre estarmos com um esforço maior na bacia do
331 Gravataí por questões óbvias. Já determinamos a todos os nossos comandantes de inflação
332 uma especial atenção na fiscalização dos usos múltiplos de água nas bacias hidrográficas
333 do Estado dada a questão da estiagem que estamos vivenciando. Sr. Julio Salecker informa
334 para complementar em relação ao Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas e para a colega
335 Presidente Valéria que tem participado efetivamente, inclusive, não faltamos em nenhuma
336 das reuniões, ele como titular e o Sr. Fabio Avancini como suplente. Rodou isso no Fórum
337 Gaúcho de Comitês quem deveria ser os representantes. Inclusive estamos agora oficiando
338 a mudança do Avancini para o João Paulo Bezerra pela mudança que houve na
339 coordenação do Fórum Gaúcho do Comitê. Esclarece que sua função no FGMC é “molhar”
340 os assuntos trazidos nas mudanças climáticas. Nessa última reunião foi dada uma molhada
341 bem interessante em relação à questão do pouco nível de tratamento de esgoto que
342 estamos tendo no RS. Também chamou a atenção que unidade de gestão em relação a
343 água deveria ser as bacias hidrográficas e não com a divisão municipal. Os próprios ODS
344 vieram tabulados em municípios e deu uma reforçada, o importante era ser tabulados em
345 bacias hidrográficas, como uma unidade de gestão para os recursos hídricos. Seria bem
346 interessante o CRH estar no FGMC, tem uns conselheiros do CONSEMA que participam. E
347 coloca-se à disposição pelo FGC bem como o João Paulo Bezerra. Salaria que sugeriu ao
348 Secretário Executivo do FGMC que tivesse o momento dos conselheiros para que se
349 pudesse falar dos Comitês, atribuições específicas e sobre o sistema de recursos hídricos.
350 Porque ainda há muitas dúvidas sobre as agendas: verde, azul e a marron. Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

351 Marjorie coloca que vai ver a possibilidade de criar umas cadeiras para os conselhos, pois
352 seria interessante para os Comitês ou para os Conselhos, que participassem e pudessem
353 levar as pautas específicas. Diretor Luciano Cardone complementa sobre o acordo
354 mencionado pelo Sérgio e pelo Ten. Cel. Rodrigo, que esse acordo foi inédito mesmo como
355 Sérgio bem disse, foi um Marco como estamos nesses últimos anos passando pela
356 estiagem e deixa público os agradecimentos a todos envolvidos. Porque foi um acordo
357 mobilizado entre várias mãos, entre o Comitê de Bacia, Divisão de Meteorologia e Eventos
358 Críticos, Divisão de outorga, Comando Ambiental que também teve seu papel e o pessoal
359 da APA do Banhado Grande e claro agradecer as duas partes envolvidas. Aproveita ainda
360 para dar uma notícia que recebeu da Secretária Executiva do Conselho, porque o CRH,
361 delegou a Secretaria Executiva do CRH refazer os processos eleitorais dos Comitês Butuí-
362 Icamaquã, e Litoral Médio. A Secretaria Executiva então abriu os editais, que finalizaram as
363 inscrições no início de dezembro e não teve tempo hábil para convocar as entidades
364 inscritas para fazer as eleições. Então a SE do CRH pretende fazer essas eleições no mês
365 de janeiro ou fevereiro. Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente deu por encerrada
366 a reunião às 15h45min e eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta
367 do CRH/RS, em exercício, lavrei a presente ata. RELATORIO DE PRESENCAS

Nome	Hora da entrada	Hora da saída
Altair Hommerding	2022-12-28 13:58:23	2022-12-28 15:45:45
André Pellini Corte	2022-12-28 13:55:49	2022-12-28 15:45:25
Assessoria de Comunicação Sema/Fepam	2022-12-28 13:43:46	2022-12-28 15:46:02
Claudia Wolff	2022-12-28 13:52:38	2022-12-28 15:28:28
Conselho de Recursos Hidricos	2022-12-28 13:55:29	2022-12-28 15:45:54
Fernando Scottá	2022-12-28 14:02:51	2022-12-28 14:09:37
Fernando Scottá	2022-12-28 14:14:17	2022-12-28 15:45:44
Fábio Avancini Rodrigues	2022-12-28 14:00:31	2022-12-28 15:45:46
Gabinete SEMA	2022-12-28 13:43:46	2022-12-28 15:46:02
Geólogo Sérgio Cardoso	2022-12-28 14:02:44	2022-12-28 15:46:02
joão paulo cbh passo fundo	2022-12-28 13:55:38	2022-12-28 15:45:41
Julio Salecker - Comitês de Bacia	2022-12-28 14:01:40	2022-12-28 15:45:44
Kely Boscato Pereira	2022-12-28 14:14:42	2022-12-28 15:45:37
Luis Feijó	2022-12-28 14:00:26	2022-12-28 15:45:54
Maria Elisabeth da Rocha	2022-12-28 14:03:15	2022-12-28 15:45:46
Mario Damé	2022-12-28 13:57:53	2022-12-28 14:06:08
Mario Damé	2022-12-28 14:06:15	2022-12-28 15:45:40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Marjorie Kauffmann	2022-12-28 13:51:55	2022-12-28 15:45:38
Mery Pereira SPGG	2022-12-28 13:47:18	2022-12-28 14:06:20
Mery Pereira SPGG	2022-12-28 14:07:51	2022-12-28 15:45:41
Sala de Reuniões SICT	2022-12-28 13:58:40	2022-12-28 15:37:22
Secretaria Executiva do Consema	2022-12-28 13:51:34	2022-12-28 15:45:49
SEMA	2022-12-28 14:02:16	2022-12-28 15:45:42
Ten Cel Rodrigo - Comando Ambiental da BM	2022-12-28 13:59:28	2022-12-28 15:45:44
Valéria Borges Vaz	2022-12-28 13:56:57	2022-12-28 15:45:47
Veronica Della Mea	2022-12-28 14:02:29	2022-12-28 15:45:39
Viviane Feijó Machado	2022-12-28 13:56:09	2022-12-28 15:45:45